

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.440.406 - SP
(2019/0035223-7)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : JOAO MIRANDA DE ARAUJO
ADVOGADOS : ROQUE RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR E OUTRO(S) -
SP089472
PAULA BERNARDI - SP404926
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CÔMPUTO DE TEMPO ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. VÍCIOS NO ACÓRDÃO EMBARGADO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Não há falar em omissão no acórdão embargado quanto à alegação de que o recurso especial envolveria apenas matéria de direito, pois a questão foi expressamente analisada.
2. Em verdade, as razões dos embargos de declaração não demonstram a existência de vícios no acórdão embargado, mas apenas a discordância do embargante quanto à possibilidade de o STJ reconhecer, em sede de recurso especial, a especialidade das atividades desenvolvidas pelo segurado, ante o óbice da Súmula 7/STJ.
3. O mero inconformismo com a conclusão do julgado não enseja a utilização da via de embargos de declaração, que é limitada às hipóteses elencadas no artigo 1.022 do CPC/2015, não presentes na espécie.
4. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator